

# SECA, POBREZA E DESERTIFICAÇÃO NA PARAÍBA

José Jonas Duarte da Costa\*

## INTRODUÇÃO

Este artigo foge à onda historiográfica de análises de micromundos, de costumes e do cotidiano descolados de processos globais, macros. Apresenta séries de dados econômicos e sociais sobre o Nordeste e o estado da Paraíba. Procura analisá-los à luz das políticas públicas executadas na segunda metade do século XX, assim como da dinâmica dos acontecimentos políticos nacionais e regionais. Todavia, nesta rápida brochura, encontra-se a realidade da gente vivente em partes deste estado. O recorte espacial é o semi-árido, onde o desenvolvimentismo fez chover projetos de combate às secas, quase sempre, prenhes de interesses escusos à população realmente carente dessas plagas.

O objetivo é evidenciar a distância entre as propostas apresentadas nos planos de desenvolvimento regional e a realidade constituída ao longo dos anos nos sertões ressequidos, alvos destes projetos, embora fique evidente avanço social significativo. Para isso, comento a base ideológica dos projetos, característica principal do sentido (anti) social deles. De fato, não alieno, ao contrário, vínculo a realidade vivida diariamente pelos habitantes daquelas terras excluídos, socialmente falando, da história econômica, política, social e cultural em que se inserem, com seus múltiplos fatores determinantes e determinados em níveis macro e microcosmos. Relaciono, para efeito de melhor compreensão, o espaço local analisado com o geral, no caso, o regional e o nacional.

A pesquisa realizada percorre o caminho comum a um texto informativo como o presente. Análise relatórios do Banco

---

\* Prof. do DH da UFPB. Mestre em Sociologia Rural pela UFPB e doutor em História Econômica pela USP

do Nordeste e da SUDENE; dados do IBGE, da CODEVASF, da CHESF e do DNOCS; informações do Instituto DESERT e da Fundação Joaquim Nabuco; da SUDEMA e da SEMARH. Ainda descrevo um curto trecho de muitas entrevistas realizadas com agricultores pobres do campo paraibano. Organizo dados novos a partir de informações obtidas em diversos organismos especialistas na questão regional.

Sob a inundação de números e análises aqui brevemente discutidas, o leitor encontrar  embrenhada, como parte de um mesmo objeto, a problemática social e ambiental do semi- rido paraibano, contida no bojo da estrutura socioecon mica nacional.

## SECA

A seca nordestina inicia-se como um fen meno físico-climático. São os dias intermináveis de verão, estação da ausência de chuvas para o sertanejo, prolongando-se sobre o chamado inverno, período em que se espera chover. Nessa  rea do Nordeste, quando ocorre precipitação dentro do que é considerado normal, o período de chuvas dificilmente ultrapassa quatro meses. Essa curta estação chuvosa, geralmente acontece com irregularidades temporais e espaciais que impossibilitam previsões exatas e muito menos, planejamentos agrícolas ou pecuários, dependentes exclusivamente da quantidade ideal e da distribuição regular das chuvas. Em outras palavras, a seca é um fen meno do cotidiano no interior nordestino. É a regra. As exceções são os anos de chuvas regulares e bem distribuídas no espaço e no tempo.

Outro fator de grande importância para a compreensão da seca é a alta *evapotranspiração*. Trata-se do fen meno natural de evaporação das águas de superfície provocada por altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e longas horas de exposição das águas e da vegetação ao sol. Esse fato acelera o processo de secaç o dos mananciais a c eu aberto. Nessa  rea enfocada, recebem-se cerca de 3.000 horas de sol por ano, provocando intensas evaporações. Da mesma forma, ocorre

intenso processo de transpiração da vegetação local, provocando a secagem e as quedas da folhagem das plantas, devido às altas temperaturas e à baixa umidade relativa do ar. O fenômeno da *evapotranspiração* ocorre com a perda de água, concomitante, tanto com o processo de evaporação, como com o de transpiração das plantas.

Embora exaustivamente estudada e explicada, a seca é também, um fenômeno relativo. Ela existe em relação ao sistema produtivo desenvolvido naquela área, formado de fato, por atividades incongruentes com as condições naturais oferecidas. Ou seja, historicamente implantou-se na região uma estrutura econômico-produtiva inadequada e inapta às potencialidades naturais do semi-árido. Nessa lógica, a seca existe quando as lavouras de subsistência (basicamente milho, feijão, mandioca, fava, em algumas áreas arroz) morrem por falta de umidade; quando as pastagens para os rebanhos secam, exauridas pela absoluta falta d'água, e fenecem, deixando sem possibilidades o alimento natural para os animais. A seca é extrema quando as águas que abastecem as populações ali residentes acabam. A sede se alastra, a catástrofe atinge seu maior grau. No entanto, a seca é crônica, enquanto fator socioeconômico, quando se percebe o alto índice de pobreza da população, debaixo de chuva ou de sol a pino.

O recorte espacial em análise, o semi-árido da Paraíba, é emblemático. Tanto a questão climática quanto a estrutura socioeconômica ali constituída obedecem a semelhantes trajetórias. O semi-árido paraibano é, de todo o Polígono das Secas<sup>165</sup>, o espaço de maior extensão e população, proporcionalmente à área e ao número de habitantes do estado. É, também, o lugar mais susceptível à ocorrência das secas.

---

<sup>165</sup> "A Região Nordeste ocupa 18,27% do território brasileiro, com uma área de 1.561.177,8 km<sup>2</sup>. Desse total, 61,6% - 962.299,8 km<sup>2</sup> situam-se no Polígono das Secas, delimitado em 1936, através da Lei 175, e revisado em 1951. O Polígono abrange oito estados nordestinos - o Maranhão é a única exceção -, além da área de atuação da SUDENE em Minas Gerais, com 121.490,9 km<sup>2</sup>, e compreende as áreas sujeitas repetidamente aos efeitos das secas. Já o Semi-Árido ocupa 52,4%, isto é, 803.328,9 km<sup>2</sup> de área no Nordeste e outros 54.670,4 Km<sup>2</sup> em Minas Gerais e caracteriza-se por apresentar reservas insuficientes de água em seus mananciais". <http://www.sudene.gov.br>.

Nessa parte do Polígono, persistem as médias pluviométricas mais baixas de todo o semi-árido nordestino, como também de maior irregularidade temporal do semi-árido, mais precisamente nas microrregiões dos Cariris, do Curimataú e do Seridó, com médias anuais inferiores a 300mm.

O semi-árido paraibano não é, entretanto, uniforme. São muitas as diferenciações entre sub-regiões com a mesma classificação climática, mas de aspectos pluviométricos, geológicos, de temperaturas, vegetação e solos distintos. Pode-se simplificar a divisão geográfica da Paraíba em três grandes sub-regiões: Litoral e Agreste; Cariri e Curimataú; e Sertão. Da mesma forma, diferenciou-se também a formação histórica e econômica de cada uma dessas áreas do estado. O clima semi-árido (quente e seco) atinge mais de 80% de seu território<sup>166</sup>, iniciando-se ainda na mesorregião do Agreste Paraibano, seguindo o sentido leste-oeste, estendendo-se por quase todo o Planalto da Borborema, onde se encontram as contradições mais explícitas do clima estadual, a considerar o distanciamento de apenas 80 km, entre o município de Cabaceiras (um dos mais susceptível a seca no estado, com média pluviométrica inferior a 300mm) do município de Areia, no Brejo, com média superior a 800mm por ano. Descendo o Planalto da Borborema, a seca atinge, impiedosa, todo o Pediplano Sertanejo e chega, um

---

<sup>166</sup> Para chegar à área do semi-árido, susceptível às constantes secas na Paraíba, realizei os seguintes cálculos a partir da divisão geográfica e dos dados do IBGE. Somei as áreas das mesorregiões Sertão, Borborema e Agreste e subtraí, dessas, as áreas das microrregiões do Brejo Paraibano e Guarabira, áreas de menor susceptibilidade à seca, pertencentes à Mesorregião Agreste. Toda a mesorregião Mata ficou fora dos cálculos por dificilmente sofrer seca. A partir desses cálculos, obtive os seguintes resultados: área total de grande susceptibilidade às secas: 48.809,8 Km<sup>2</sup>, ou seja, 86,25% do território estadual, onde residiam segundo o Censo de 1991, 1.918.905 hab. Isso significava 58% da população total do estado.

A densidade demográfica do estado situava-se à época em 58,41 hab/km<sup>2</sup>. Nas microrregiões do Brejo, Guarabira e na Mesorregião da Mata, essa densidade alcançava 100,4 hab/km<sup>2</sup>, 122,33 hab/km<sup>2</sup> e 210,34 hab/km<sup>2</sup> respectivamente; enquanto nas áreas susceptíveis às secas a densidade demográfica era de 15,66 hab/km<sup>2</sup> no Cariri Ocidental e 14,09 hab/km<sup>2</sup> no Cariri Oriental. No município de Algodão de Jandaira, situado no Curimataú Ocidental, tinha-se a densidade demográfica mais baixa da Paraíba naquele ano, de apenas 4,19 hab/km<sup>2</sup>. Em resumo, na área de alta susceptibilidade às secas, a densidade demográfica era em torno dos 39,3hab/km<sup>2</sup>, enquanto nas áreas de pouca susceptibilidade às secas era de 178,35hab/km<sup>2</sup>. Cf. IBGE. Censo Demográfico, 1991 e IBGE. Mapa Geopolítico da Paraíba, 1997.

pouco amena em termos de volume pluviométrico, mas intensa em irregularidade temporal, ao Alto Sertão.

A seca de 1877 - 1879, atingindo toda área do interior nordestino, transformou-se na maior catástrofe social da História brasileira. Foram mais de 500 mil mortos de fome e sede. De acordo com Otamar de Carvalho e o Ministério do Interior:

Nessa época, a área atingida pela seca era habitada por uma população estimada em 1.754.000 (Um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil pessoas), das quais pereceram mais da metade, durante os dois anos de seca.<sup>167</sup>

As cidades-empórios do interior e as litorâneas tornaram-se centros receptores das multidões desatinadas, absolutamente miseráveis. Corpos famintos e com extrema sede caíam enfraquecidos para morrer nas areias quentes dos rios e riachos secos, transformados em caminhos para o mar ou para um lugar onde sonhassem escapar. O drama atingiu todo o país. Os retirantes das secas ocuparam praças, ruas, pátios das igrejas e casas das maiores cidades nordestinas e brasileiras. Cidades como Fortaleza, Mossoró, Campina Grande, João Pessoa e Recife tornaram-se os principais centros de parada dos famintos. Apavorou o Império<sup>168</sup>. O impacto político, social e cultural daquela seca foi fundamental na formação do imaginário da seca na consciência brasileira. A realidade do drama repercutiu tão forte na memória coletiva nacional que consolidou a imagem da seca nordestina como tragédia nacional. Embora houvesse registro de secas anteriores, com grandes catástrofes, elas tiveram impactos inferiores com localizações restritas.

<sup>167</sup> Carvalho, Otamar de, & Outros. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste**. Série: Desenvolvimento Regional. Brasília: MINTER, 1973, p.180

<sup>168</sup> Sobre a catástrofe da seca de 1877 - 1889 a bibliografia é vasta. Podem-se destacar: Alves, Joaquim. **História das secas**. Fortaleza: [s/l]; s/d; Lopes, Andrade. **Introdução à sociologia da seca**. Rio de Janeiro, 1947; Almeida, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 1994; Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**. O caso da Paraíba. João Pessoa: Universitária, 1993, entre outros.

As mudanças ocorridas na realidade econômica dos sertões provocaram intenso aumento populacional naqueles rincões. Na segunda metade do século XIX (1861-1865, período da Guerra de Secessão norte-americana), cresceu aceleradamente o cultivo do algodão para atender ao mercado internacional. Famílias inteiras se deslocaram dos agrestes, brejos e do litoral para ocuparem as terras semi-áridas, sempre mais abundante e acessível do que as da faixa úmida, próximas ao litoral, já ocupadas com os canaviais. Naqueles sítios, de rala vegetação e solos pedregosos, prosperou o cultivo do Algodão Mocó, comercializado com os fazendeiros mais ricos dos lugarejos, vilas e cidades próximas.<sup>169</sup>

Com a crise internacional dos anos 70 do século XIX e a volta dos Estados Unidos à plena produção de algodão, estabelece-se a redução e o colapso na exportação da fibra nordestina para a Europa. Entram em crise a economia baseada na exportação do algodão para o exterior e as oligarquias locais. A seca de 1877 - 1879 foi a infecção generalizada no organismo debilitado economicamente, como se encontravam os sertões nordestinos, daí à convulsão social que se alastrou por toda Região e pelo Brasil. A economia do semi-árido baseada na policultura de subsistência/pecuária e algodão foi à bancarrota. Outras secas e catástrofes de grandes dimensões ocorreram posteriormente, como as de 1900 - 1902, 1908 - 1909 e a de 1915 - 1917. O drama das secas, da fome e da saga nordestina de migrar para o Sul ou para o Norte com o objetivo de fugir da terra natal, fixara-se na memória nacional.

Nos anos vinte, o advento do movimento modernista e sua repercussão vindoura em todas as áreas das artes, buscando revolver o Brasil, resgatar sua cultura e interpretar o seu povo, teve, em sua versão regionalista das décadas seguintes, destacado quadro de escritores nordestinos preocupados em retratar e alertar as autoridades para o drama das secas. Movimento que não se restringiu à literatura, pois a música, a

---

<sup>169</sup> Cf. Costa, José Jonas Duarte da. *A crise do sistema de produção algodoeiro paraibano – uma análise das causas*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Rural). Campina Grande, 1996.

poesia, a pintura e o teatro derramaram-se de obras denunciando a realidade das secas e muitas vezes a inoperante e inócua ação governamental. A seca vista assim, sempre fora, também, um instrumento político e ideológico.

Precedendo esse movimento, houve a obra de José Américo de Almeida, *A bagaceira*. Na literatura regionalista, destacaram-se os trabalhos de Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e Jorge Amado. Na poesia, nos anos cinqüenta, o poema de João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida Severina*, foi lancinante na abordagem da questão regional. No teatro, Ariano Suassuna, com *O Auto da Compadecida*, comoveu o país. No cinema, os filmes de Nelson Pereira dos Santos e, a posteriori, os de Glauber Rocha. No geral, toda sorte da arte modernista e realista abordou e divulgou o tema. Porém foi com a música que o drama da seca nordestina fixou a imagem do semi-árido no cenário nacional.

Mais abrangente, a música, tocada e cantada em ritmos que volviam aos batuques e sonoridades mais profundos da cultura nacional, sensibilizou profundamente a alma brasileira. Essas músicas eram ouvidas de coração apertado com o sofrimento dos irmãos brasileiros, “nortistas”. É o caso da música “*Asa Branca*”. Extraída do cancioneiro popular nordestino, há séculos cantarolada em versos pelos camponeses em trabalhos coletivos nas “panhas” de algodão ou colheitas de milho e feijão, ganha notoriedade nacional, na forma assumida, a partir dos cortes e roupagem dadas na letra pelo cearense Humberto Teixeira, e na melodia adotada por Luiz Gonzaga, o Lua do Nordeste, matuto semi-analfabeto, nascido em Exu, Pernambuco. O fenômeno Luiz Gonzaga e sua música tornam-se símbolos do Nordeste. Até mesmo suas indumentárias para apresentações em espetáculos procuram representar a vestimenta nordestina do “fundador” do sertão, o vaqueiro, e do grande “herói” do povo sertanejo, Lampião.

A música “*Asa Branca*”, gravada em 1947, tornou-se sucesso tão estrondoso que em levantamento recente (2000) foi votada pela população como a segunda música mais

representativa do Brasil no século XX. É a música mais gravada e regravaada do repertório nacional, cerca de 280 vezes<sup>170</sup>. Para muitos nordestinos, a “*Asa Branca*” seria o verdadeiro “Hino Nacional”. De melodia simples, sua letra tem como matéria-prima a seca e refere-se ao sofrer do exilado nordestino, arrancado de seu torrão natal para vagar sem destino, na espera da chuva salvadora que permitirá o seu reencontro com a mulher amada. O minidrama, cantado com melodia que volta às raízes culturais da Região, cristaliza no imaginário nacional a saga do retirante e o seu drama permanente. A partir da “*Asa Branca*”, descobriu-se o filão da música nordestina. Luiz Gonzaga tornou-se o maior vendedor de discos do país, levando os ritmos, as tristezas e as alegrias dos “nortistas” para o eixo Rio-São Paulo e dali ganhando dimensão nacional. A condição climática daqueles torrões era, vez por outra, a temática dessas músicas.

## POBREZA

Com a estrutura econômica baseada na indústria, florescente a partir dos anos 30, as desigualdades regionais emergiram. O Nordeste, antes rico, símbolo de grande potência dos usineiros da “zona da cana” e dos grandes fazendeiros, donos do “ouro branco”, do gado e da gente sertaneja, agora se apresentava como Região Problema. Região que emperrava o dinamismo do crescimento econômico nacional. O contraste entre o Centro-sul desenvolvido e o Nordeste atrasado fora se estabelecendo e forçando a política de Planejamento a destinar “atenção especial” à Região. O ponto básico para a política de desenvolvimento regional era a seca. Essa se transformou no fundamento ideológico para tal<sup>171</sup>. O debate acerca da “Questão Nordeste” e especificamente da seca, no bojo do ideário do

---

<sup>170</sup> Dados obtidos no Museu Fonográfico Luiz Gonzaga, em Campina Grande. Essas regravações são as existentes naquele museu, mas o seu fundador, proprietário e pesquisador, José Nobre, admite haver outras regravações que ele não possui. No Museu Luiz Gonzaga podem-se encontrar ainda versões da “*Asa Branca*” em espanhol, inglês e grego.

<sup>171</sup> Cf. Avelar JR., Odilardo Viana de. *A política de combate à seca no Nordeste: uma ideologia para o planejamento regional*. Tese. (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, USP, São Paulo, 1994.



Planejamento Regional, forjou mudanças estruturais no trato com o Nordeste. Seguiu-se, então, a política de montar infraestrutura e promover o desenvolvimento da Região. Funda-se o sistema CHESF, CODEVASF, BNB e SUDENE.

O rio São Francisco sempre despertou no Brasil espécie de fascínio e orgulho. Nascido nas serras das Gerais atravessa a sequidão semi-árida do Norte de Minas, da Bahia, de Pernambuco, separa Alagoas e Sergipe, onde despeja não só as águas, mas a cultura e o “jeitão” do Sertão brasileiro. Rio das Veredas de João Guimarães Rosas e seu companheiro Manuelzão. O Rio da Integração Nacional, nas palavras de Capistrano de Abreu. O Rio que permitiu as bandeiras avançarem sobre o interior brasileiro. O “OPARÁ”, na língua Tupy, compreendido pelos nativos como o “Rio Mar”. O “Velho Chico”, carinhosamente apelidado pelos grandes compositores e poetas brasileiros, assim como pelos ribeirinhos que nele moram e dele vivem. É um rio que tem data de batismo e padrinho. “04 de outubro de 1501, batizado por Américo Vespúcio”, diz seu “Né”<sup>172</sup>, um misto de poeta, guia turístico e boêmio em suas margens, na Ilha do Rodeador, entre Juazeiro - BA e Petrolina - PE. De fato, nos registros da História da CODEVASF, encontram-se a referida data e o nome do padrinho do Velho Chico.

O Velho Chico foi transformado pela ideologia do desenvolvimentismo no principal pólo de desenvolvimento econômico regional, constituindo-se a base da matriz energética, através da CHESF; e a CODEVASF a responsável pela produção moderna irrigada.

O BNB foi criado para suprir as necessidades financeiras imprescindíveis ao desenvolvimento da Região. A SUDENE, no final da década de 50, para planejar e coordenar o desenvolvimento projetado. Contudo, muitos fatores de caráter político, econômico e social formaram o centro dinâmico desse

---

<sup>172</sup> Seu “Né” é um pescador que tem um comércio na Ilha do Rodeador, entre Juazeiro e Petrolina, e que, entre uma ‘bicada’ de cachaça e outra, conta aos turistas a lenda e a ‘História verdadeira do Rio’. Suas fantásticas histórias e sua hospitalidade foram imortalizadas na canção de um compositor Peba (pernambucano de nascimento, baiano de natureza), Targino Gondim.

processo. A pressão dos grandes produtores rurais do Nordeste foi um deles. Em crise ascendente, de difícil solução, pois, com a integração cada vez mais acentuada da economia nacional, suas fragilidades afloravam.

As dificuldades de competição da produção rural regional se alargavam. Produção fincada em velhas tradições culturais sob uso de técnicas e tecnologias rudimentares, arraigadas a relações de trabalho obsoletas; inseridas, agora, na estrutura econômica nacional em acelerado processo de transformação para bases modernas, plenamente capitalistas, faziam emergir as deficiências daquele sistema produtivo. Essas condições, as classes dominantes do sertão nordestino não suportaram sem o auxílio salvador do seu “defensor público”. Buscaram recursos estatais para conseguir participar da “integração nacional”.

A integração da economia brasileira leva à quase destruição completa da incipiente indústria existente em sua periferia. A agricultura dessas áreas também entra em avançado estágio de declínio. O caso do semi-árido é mais grave por conta das oscilações climáticas, trazendo desvantagens na disputa pelo mercado nacional. O BNB nascera, então, desta pressão das oligarquias sertanejas. Era a esperança da solução de sua crise econômica. A seca e um novo diagnóstico para ela, como também novos programas capazes de superá-la foi o instrumento utilizado no convencimento da opinião pública e de alguns setores resistentes à implantação daquela instituição.

A dinâmica política e social também pressionavam por medidas urgentes para a Região. O Nordeste da década de cinquenta eclode em movimentos sociais contestadores dos caminhos percorridos pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. A locomotiva das metas do desenvolvimento de 50 anos em 5 deixava à margem a massa de camponeses e trabalhadores rurais do semi-árido e de toda a região nordestina. Na zona canavieira, a modernização da produção fazia avançar as propriedades das usinas sobre os “*tacos*” de terras dos camponeses que cultivavam suas roças de mandioca e feijão. Como diz Elizabeth Teixeira, viúva do líder sindical João Pedro

Teixeira, assassinado em 1962, em Sapé na Paraíba, “*via-se as folhas da cana bater na biqueira da casa*”.

Os conflitos sociais se agravaram. Os trabalhadores rurais e os camponeses se organizavam para protestar. Reivindicavam desde caixões para enterrar dignamente seus entes queridos, até a Reforma Agrária. Surgem as Ligas Camponesas. Essas, principalmente nas áreas de maior dinâmica econômica. No Nordeste, basicamente nos canaviais das faixas úmidas do Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, embora se registrem ligas em Minas, Goiás e até no interior paulista. Nos sertões secos do Nordeste, eclode a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais. Nesses, as reivindicações iam também do emergencial, como comida para os flagelados das secas, até a Reforma Agrária, como também soluções duradouras para os problemas das estiagens prolongadas.

Voltavam a ocorrer nos sertões, nas secas dos anos cinqüenta, os temidos saques. Fazendas, armazéns, bodegas, feiras livres e mercearias do interior se viam ameaçados com as levadas de famintos, descendo rios e riachos ressequidos, carregando seus malotes e alforjes pendurados aos corpos que eram só o couro e o osso. Na segunda metade dos anos cinqüenta, essa gente faminta parecia não aceitar mais aquela condição de miséria, de forma inerte. Apenas à espera da morte. Acontecera algo no país que moveu aquelas pessoas. Os operários da cidade, os camponeses e os bóias frias da cana, os apanhadores de algodão do sertão, enfim, os pobres, procuravam reagir. As lideranças políticas, de esquerda e de direita, sentiam essa atmosfera; as lideranças sindicais, os intelectuais e a própria Igreja Católica também percebiam que algo mudara na cabeça dos pobres, antes de “espíritos tão calmos”, aceitando naturalmente aquela condição de pobreza que, a rigor, “os purificava”. A Região Problema passa a ser, também, Região Explosiva. Na consciência governante, dominante, precisaria fazer-se algo que realmente respondesse, de alguma forma, àquele potencial barril de pólvora. Ainda em 1956, a CNBB realiza, em Campina Grande na Paraíba, a 1ª Conferência dos

Bispos do Nordeste. O tema central foi a discussão e a aprovação de propostas para a integração do Nordeste ao desenvolvimento brasileiro, de uma forma que se promovesse na Região a decantada integração nacional.

Para implementação das propostas aprovadas naquela conferência, os bispos propunham, ainda, a criação de um órgão federal na Região capaz de aglutinar e coordenar todas as ações do Governo Federal na área. Para os bispos, a CVSF, a CHESF, o DNOCS e o BNB realizavam ações isoladas, de forma dispersa, sem que possibilitasse a conformação de um projeto único, homogêneo, capaz de promover o desenvolvimento regional e integrar o Nordeste ao Brasil. Na mesma direção, apontavam os estudos do ETENE, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do BNB. O Escritório diagnosticava a ausência de estudos profundos sobre a Região e de ações pontuais como uma das causas das falhas das políticas para o Nordeste.

Fruto das pressões políticas e dos diversos diagnósticos, no mesmo sentido é criado em dezembro de 1956 o GTDN, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, esse encampado como membro do CND, Conselho Nacional de Desenvolvimento. O GTDN deveria ter vida efêmera, visto que este grupo de trabalho deveria apresentar, em no máximo 2 anos, um diagnóstico e as propostas para o Nordeste.

Por outro lado, havia, por parte do empresariado nacional, especialmente o paulista, interesses de expandir seus negócios no Nordeste; seria, em muitas áreas industriais, viável, economicamente, ocuparem essa “fronteira”. Pragmática, a classe empresarial paulista se diz pronta e disposta a participar do desenvolvimento do Nordeste. Documento da FIESP atesta esses propósitos.

O impulso econômico, de que não pode mais prescindir o Nordeste, terá de promanar, pois, de duas fontes. Ou virá de São Paulo – e nesse particular, São Paulo efetuará uma grande e

notável obra de integração econômica nacional – ou então do exterior, o que geraria um sem-número de inconvenientes. A área investidora por excelência no Nordeste deve ser atribuída a São Paulo. Somos o estado da economia mais expansionista da Federação, o que assumiu maiores responsabilidades, na criação de um mercado interno, quantitativa e qualitativamente respeitável, por isso mesmo, o que merece assumir a dianteira de todo e qualquer movimento, evitando que o Brasil, pela incompreensão de seus problemas de base e de perenidade, se encaminhe para o despenhadeiro das insatisfações internas e dos atritos econômicos, levando-a quiçá, a sua desintegração orgânica e celular.<sup>173</sup>

É, portanto, dessa conjunção de fatores que nasce a SUDENE. O receio das classes dominantes da explosão social iminente do campesinato e de toda a massa trabalhadora regional; o entendimento de setores governamentais de que o impulso industrial brasileiro prescindia do desenvolvimento do Nordeste; além da percepção empresarial da FIESP e de outros segmentos do empresariado nacional de “participar” daquele projeto de desenvolvimento. Até mesmo os comunistas do PCB consideravam oportuna a instituição de um órgão regional de desenvolvimento. Na visão etapista, dominante no “partidão” à época, a industrialização promovida por Juscelino tinha aspectos positivos, pois amadureceria o capitalismo no Brasil, etapa necessária à construção do futuro socialista. Dessa forma, valia a aliança entre os operários e a burguesia nacional para enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Assim a SUDENE tinha o seu apoio; além de, no âmbito político, o PCB estar alinhado ao

---

<sup>173</sup> FIESP/CIESP. *São Paulo e a economia nordestina*. São Paulo: Serviço de Publicações FIESP/CIESP, 1957.

Governo JK. O mesmo PCB de forte participação e influência nos movimentos de trabalhadores rurais ou urbanos na época.<sup>174</sup>

Havia, no entanto, setores do conservadorismo regional contrários à empreitada. Fazendeiros pecuaristas, oligarcas tradicionais, mandatários há séculos daqueles sertões e do grande Nordeste, temiam o desvio dos recursos da agropecuária para a industrialização. Mas, sobretudo, resistiam à estrutura política autônoma prevista para o novo órgão e, mais ainda, à direção do “reformista” Celso Furtado, tido por alguns setores do conservadorismo como comunista, que levaria o Brasil à sovietação, começando pelo Nordeste. Esses lutaram para impedir que o economista e especialista em Nordeste assumisse a SUDENE e conspiraram na surdina e em público contra o novo órgão. Assim Celso Furtado descreve o ambiente da época.

Obtive apoio parcial no Nordeste. Mas o grupo contra mim era tão forte que eles conseguiram que Juscelino – segundo ele mesmo me contou depois – se compromettesse a não me nomear superintendente. Seria aprovada a lei, ele sancionaria, mas não se conservaria esse cavalheiro lá, porque ele está criando problema para todo mundo. Basicamente, quem fez isso foi o pessoal da Paraíba, meu estado, e o pessoal do açúcar, de Pernambuco

Juscelino, com aquele risinho dele, concordou – para inglês ver. Quando a lei foi aprovada, ele me nomeou superintendente. Foi um choque para muita gente e, ao mesmo tempo, um alívio muito

---

<sup>174</sup> Muito vasta é a bibliografia que aborda a criação da SUDENE e seu papel no desenvolvimento econômico do Nordeste nessa quadra do século XX. Aqui me pautei por alguns estudos essenciais, dentre eles: Furtado, Celso. *Obras autobiográficas*. Tomo I: *Contos da vida expedicionária*; *A fantasia organizada* - Tomo II: *Aventuras de um economista brasileiro*; *A fantasia desfeita* - Tomo III: *Entre o inconformismo e o reformismo*; *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997; Silveira, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984. Oliveira, Francisco de *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

grande. Eu imaginava que iria embora, já tinha deixado a SUDENE.<sup>175</sup>

A grita dos latifundiários foi enorme. Anos, décadas e séculos mantendo-se a estrutura agrária à base de grande concentração de terras, fonte de seus poderes, tornar-se-ia ameaçadora a mudança do eixo econômico na Região. Pior, na ótica dos grandes proprietários, era falar e tentar fazer a Reforma Agrária no Nordeste. O termo tinha o mau cheiro de revolução socialista. Poderia desbancar do trono famílias tradicionais que, donos daquelas glebas de terras enormes, às vezes sem nenhum valor produtivo, tornavam-se donos de gente, de leis e do poder político. A grande propriedade era o ingresso ao mundo do poder no Nordeste. Por isso, admitia-se tudo menos tocar nessa propriedade. Depoimento de Manuel Correia de Andrade, na entrevista com Celso Furtado, aqui já citada, apesar de traços de comicidade, é elucidativo do pensamento dos fazendeiros nordestinos daquele período.

Relembra Manuel Correia a Furtado:

Eu me lembro, na época em que você estava lutando para implantar a SUDENE, eu andei pelo Nordeste com Caio Prado Júnior. Conversamos com os prefeitos naquela área de Nazaré da Mata, e o Caio perguntou o que eles achavam da migração dos trabalhadores para o Maranhão. 'Muito bom'. O que eles achavam da industrialização? 'Muito bom'. E o que vocês acham de cederem terras para serem pagas com títulos do governo? 'Péssimo'. Aí o Caio perguntou: 'Como vocês reagiriam à implantação disso?' Um deles: 'À bala'. A industrialização, eles achavam que beneficiava a todos. A saída

---

<sup>175</sup> Furtado, Celso. *Seca e poder*: entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Manuel Correia de Andrade, Maria da Conceição Tavares e Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pp. 67 -68.

dos moradores para o Maranhão, não fazia falta. Mas quando se falou em tocar na terra, eles foram claros: reagiriam à bala.<sup>176</sup>

Criou-se a SUDENE, e, entre 1960 e 1985, o Nordeste cresceu a taxas médias superiores 10% às do Brasil. Sua participação no PIB nacional passou de 13,2% para 17,1%. No total, entre 1960 e 1990, o PIB do Nordeste passou de cerca de 8,6 bilhões de dólares para mais de 50 bilhões de dólares.<sup>177</sup> A participação da SUDENE nesse processo de crescimento é inegável. Como também, no da concentração de riquezas. Tanto no setor secundário como primário, os programas e os projetos da SUDENE foram insuficientes para quebrar a lógica concentracionista e, algumas vezes, até mesmo, foram os propulsores da concentração de riquezas.

Importante exercício a ser feito é comparar a evolução da distribuição de riqueza entre as regiões. Enquanto o Sudeste em 1950 participava do PIB nacional com 67,5%, chegou a 1996 com pouco mais de 51% do PIB nacional, demonstrando que houve realmente descentralização de riquezas no período. Basta dizer que em 1950 o PIB do Nordeste era de 20,59% do PIB do Sudeste, para, em 1996, ser 24,38%. A Paraíba teve o menor crescimento do Nordeste e um dos menores do Brasil, com apenas 3,9% ao ano.<sup>178</sup> O caso da Paraíba é explicado diretamente pela brutal queda da produção algodoeira nos anos oitenta e o pouco incremento industrial no estado.

A emigração do Nordeste, principalmente da zona das secas foi muito intensa no período. Fugiram do Nordeste 900 mil pessoas na década 1950; 2,2 milhões na de 60; 3,5 milhões nos anos 70 e 5,5 milhões na década de 80. Esse impressionante êxodo de nordestinos em 40 anos deixou o seu semi-árido

---

<sup>176</sup> Op. cit, p.47.

<sup>177</sup> Bacelar, Tânia. "A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios presentes". In *REN – Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, V.28, Nº 4, out/dez.1997.

<sup>178</sup> Dados apresentados a partir do estudo de Roberto Cavalcanti de Albuquerque. "O progresso social do Nordeste: O balanço de quase meio século". In *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, V 28, Nº 4, out./dez de 1997, p. 472.



praticamente sem gente, aliás, como queriam os formuladores da SUDENE. Desses dados, devem-se observar dois aspectos fundamentais. Primeiro - Os emigrantes dos anos 60 e 70 não são retirantes da seca, pois não houve grandes estiagens no período. Podem ser chamados de emigrados do modelo econômico em implantação: da destruição do algodão, do avanço da pecuária, da concentração de rendas. Segundo – não emigraram para colonizar o meio-norte maranhense, ou serrado baiano e piauiense, no período em franco processo de ocupação por empresas e empresários da soja e de outras culturas de exportação, advindos do Sul e Sudeste brasileiro. Na realidade, os emigrantes do Nordeste foram “inchar” os grandes centros urbanos do Centro-sul. Nas palavras de Roberto Cavalcanti, quando explica as razões de o crescimento do PIB *per capita* do Nordeste ser superior ao do Brasil e ao do Sudeste entre 1950 e 1996: “*Fato que se explica basicamente pelas emigrações, que operaram, no período, importante transferência de população (e de pobreza) para outras regiões do país*”.<sup>179</sup>

No entanto, por mais crítico que se possa ser com a política desenvolvimentista implementada no período analisado, alguns dados e informações a serem estudados nos indicam aspectos de relevada importância social. Um conjunto de informações que aferem os problemas sociais e o nível de vida da população pode ser interessante para indicar os resultados sociais da política desenvolvimentista ao longo do período abordado, ou simplesmente, evidenciar sua ausência na vida cotidiana dos milhões de nordestinos pobres, espalhados pelas diversas áreas e sob os variados climas da Região. Procurando resumir esse conjunto de fatores que indicam a condição social da população em foco, apresento aqui a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>180</sup> do Nordeste, da Paraíba e do Brasil, além do Sudeste.

---

<sup>179</sup> Op. cit. p. 474.

<sup>180</sup> O IDH é o índice utilizado pela ONU desde 1990 para mensurar a qualidade de vida das populações. Baseia-se em renda *per capita*, índice de mortalidade infantil e longevidade.

No período entre 1950 e 1980, o Índice de Desenvolvimento Humano do Nordeste cresceu mais de 500%, e o da Paraíba da mesma forma; enquanto o Brasil e o Sudeste cresceram em torno de 200%. Se o IDH indica realmente avanço nas condições sociais da população, é inegável observar aspectos positivos na Política de Desenvolvimento Regional, coordenada pela SUDENE nos últimos anos. *"O IDH do Nordeste, por exemplo, corresponde a 29,9% do brasileiro em 1950 e evoluiu ao longo do tempo até alcançar 74% em 1996."*<sup>181</sup>

No entanto, os aspectos frisados ao longo deste artigo, de manutenção da pobreza, exportação de pobres e miseráveis e agravamento da concentração de rendas, não foram combatidos pela política da SUDENE, ao contrário, agudizaram-se. Utilizando-se dos índices do Coeficiente de Gini que, segundo especialistas, mede o nível de concentração da riqueza, detecta-se que, para um índice já elevado nos anos 60, o índice apenas cresce para o Nordeste, demonstrando o aumento da concentração. Se, no final dos anos 60, tínhamos para o Nordeste um índice de 0,596, na década de 70, esse mesmo índice chega a 0,618, para nos anos 80 chegar a 0,638. Na mesma direção, dados sobre participação na renda regional demonstram que, em fins da década de 60, os 5% mais ricos detinham 38,8% desta, para, no final dos anos 80, deterem 41,8%. Da mesma forma, os 40% mais pobres caíram, em sua participação no total da renda regional, de 8,8%, em fins dos anos 60, para 7,8% no final dos 80.<sup>182</sup>

Para completar os dados que atestam problemas sociais não-resolvidos ou agravados com a política desenvolvimentista para o Nordeste, é importante os dados que informam o índice de pobreza nas três décadas em foco. O Nordeste tinha um índice total de pobreza no final dos anos 60 de 70,2%, caindo para 41,9% no final dos anos 70. Novamente voltou a crescer no final dos anos 80, atingindo a marca de 51,2%. Separando os

<sup>181</sup> Op. cit, p. 479.

<sup>182</sup> Op. cit, p. 481.

dados por zona rural e urbana, verifica-se que na zona rural os índices de pobreza eram bastante elevados no final dos 60, em 81,7%, vindo a cair para 57,3% no final dos anos 70, e a crescer novamente, nos anos 80, chegando a 67,4%. Esse dado é importante quando verificamos o movimento de retrocesso ocorrido na década de oitenta, de grande empobrecimento em todas as regiões e áreas do país.

No entanto, o índice de pobreza atingido na zona rural nordestina no final dos anos 80 fica bem acima do índice de pobreza da região Sudeste no final dos anos 60. Enquanto no Nordeste no final dos 80 o índice chegava a 67,4%; no Sudeste, em fins dos anos 60, 20 anos antes, tinha-se o índice de 63,9%. Outro dado importante é no particular à Paraíba. Esse estado tinha no final dos anos 60 um índice de pobreza de 91,7% na zona rural, que baixou para graves 69% nos anos 70. No entanto, toda a crise econômica dos anos 80 elevou esses índices ao patamar de 81%<sup>183</sup>, um dos mais baixos do Nordeste e do Brasil, muito próximo, por exemplo, do índice de pobreza registrado para o Nordeste em fins dos anos 60, na marca de 81,7%. Ou seja, nos vinte anos em análise, a pobreza no campo paraibano apenas cedeu à marca do Nordeste nos anos 60. O mais grave, porém, é que a população rural nesse período foi proporcional e drasticamente reduzida, expulsa pela condição de pobreza. Pobreza que deixou de ser só da gente ali habitante, para ser também da fauna e da flora ali devastadas.

## Desertificação

Aos graves problemas sociais acima apresentados, soma-se, nos anos recentes a partir dos 80, o do meio ambiente. A irracionalidade com que foi explorado o semi-árido do Nordeste, no período desenvolvimentista, reduziu a população, os índices de pobreza, mas concentrou terras, riquezas e aumentou a **susceptibilidade à desertificação** na Região. Na Paraíba, os dados impressionam. Segundo levantamento recente da

---

<sup>183</sup> Op. cit. p. 483

SUDEMA – Superintendência Estadual do Meio Ambiente -, 20 municípios estão com o total de seu território num grau  **muito alto**  de susceptibilidade, abrangendo uma área de 5.076km<sup>2</sup> e atingindo uma população de 187.845 habitantes. Em  **alto**  grau, são 54 municípios, numa área total de 19.158,9km<sup>2</sup>, atingindo uma população de 433.758 habitantes. Ao todo, a Paraíba encontra-se com 68% do seu território em níveis de desertificação avançados.<sup>184</sup>

Desertificação, numa conceituação simplificada, pode ser entendida como o processo de degradação dos solos e o desaparecimento de vidas vegetais e animais nativas dessas áreas por longos períodos. É a morte parcial ou total e progressiva da fauna, da flora e da capacidade de produção do solo em determinadas áreas. A desertificação seria o processo de morbidez, o deserto significaria a ausência acentuada de vidas. Embora o mundo esteja cheio de exemplos de vida nos desertos, inclusive enormes aglomerados humanos, esses quase sempre, são resultados de “implantes artificiais”.

As principais causas da degradação dessas zonas áridas e semi-áridas são o uso inapropriado dos recursos da terra e a miséria crônica das populações residentes, agravados pelas secas. Dentre os usos mais nocivos ao ambiente, podemos citar: uso intensivo dos solos tanto na agricultura moderna quanto na tradicional; cultivo em terras inapropriadas, tais como pendentes ecossistemas e matas remanescentes; pecuária extensiva; desmatamento em áreas com vegetação nativa, áreas de preservação, margens de rios; práticas inapropriadas de irrigação, particularmente sem o uso de drenagem e mineração.

Deve-se enfatizar que todos esses elementos apresentam-se, atualmente, num contexto onde as populações das regiões semi-áridas encontram-se entre as mais pobres do mundo; que as tecnologias utilizadas não se adaptam, em muitos casos, às

---

<sup>184</sup> Dados obtidos a partir de cálculos efetuados com informações do IBGE, da SUDEMA/SUDENE e do INSTITUTO DESERT. In *Subsídios ao diagnóstico estadual da desertificação no Estado da Paraíba*. Reunião técnica para elaboração da política estadual de combate à Desertificação. Bananeiras – PB. Julho 2000. S/N.

restrições dos recursos naturais, característicos dessas áreas; e que a inserção das regiões secas nos mercados nacionais e internacionais vem estimulando a superexploração dos seus recursos dentro de sistemas produtivos tradicionais e com baixo nível tecnológico.

A relação direta entre destruição ambiental e pobreza são evidentes. Na realidade, formam partes de um mesmo cenário. São os ingredientes contidos no processo de **degradação da terra**. Esse, consiste no processo de perda da produtividade biológica ou econômica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas, devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da atividade do homem e das formas de ocupação do território, tais como: 1 - Erosão do solo pelo vento ou pela água; 2 - Deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo; 3 - Destruição da vegetação por períodos prolongados e 4 - Degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e redução da qualidade de vida das populações afetadas.

Na Paraíba, a miséria no campo alimentou vorazmente a destruição da vegetação nativa, a caatinga, primeiro fator no processo de desertificação. Até 1964, o estado mantinha mais de 60% do seu território sob a caatinga. Em 1976, a Paraíba ainda contava com cerca de 53,5% de seu território com cobertura de caatinga; em 1993, essa área era de apenas 33,2%, sendo em sua grande maioria dominada por marneleiro e jurema. Este rápido processo de destruição ocorreu claramente pelas condições sociais da população. Até 1994, 41% da matriz energética do estado era proveniente da caatinga, basicamente da queima de lenha e carvão, dos quais 75% em consumo domiciliar e 25% industrial.<sup>185</sup>

Apenas em 1994 se criou uma legislação de proteção à caatinga nordestina, demora essa, fruto do preconceito e da

---

<sup>185</sup> Idem.

ignorância alimentada anos a fio por políticas econômicas e ideologias discricionárias, excludentes, avessas ao popular, ao simples. As políticas públicas no período desenvolvimentista viam a caatinga do semi-árido como vegetação inferior. Raciocínio que induzia à necessidade de substituí-la. Daí se financiou o desmatamento para formar pastagens e intensificar a pecuária bovina. Por outro lado, as camadas mais pobres continuavam a empregar a broca como método de cuidar das terras e obter lenha para fazer carvão, única forma de sobrevivência em tempos de seca. Esses fatores conjugados foram decisivos na degradação ambiental do semi-árido paraibano. O primeiro, em busca de acompanhar a modernidade nacional e acumular riquezas. O segundo, fruto do desespero gerado pela absoluta carência material. Aquele, contando com as benesses dos financiamentos da modernização agrícola. O outro, como resíduo dessa.

O depoimento de um assentado pelo Projeto Sertanejo, no município de Boqueirão - PB, expressa a dimensão exata das relações entre as condições de vida e a desertificação. Relatando suas dificuldades para sobreviver com os 13 filhos, "largado" pelo BNB e pelo próprio Projeto, em plena seca de 1983, sem comida e sem água, mas desejoso de continuar na terra, diz seu José Gonçalves:

Eu trocava aqui, dois sacos de carvão por duas ancoretas d'água, vindo do Jucá com Santo Florêncio. Só pra beber, po mode [sic] escapar com a vida. Minha defesa foi o carvão. A gente não queria cortar madeira. Eles disseram não! Tem que descobrir que é pra descampar (...) Eu não queria descobrir (...) Porque a terra coberta tem mais um valor (...) A tristeza do Nordeste é

essa, é descobrir as terras (...) Aí a terra ficou muito cansada.<sup>186</sup>

As palavras desse agricultor, hoje viúvo, sobrevivendo com a aposentadoria e só com um filho, pois 1 morreu, e 11 migraram para Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e João Pessoa, dizem muito de como trataram o semi-árido e os seus filhos nesses anos. O apego à terra, como substituta da figura materna, perdida em alguma época de suas vidas, faz uma massa de pequenos proprietários arranjam-se, como dizem, numa vida Severina, tal qual descreve o poema de João Cabral escrito para o “Auto do Natal no Recife”, nos difíceis anos cinqüenta, quando criaram a SUDENE e todo um sistema de desenvolvimento do Nordeste, incapaz, como vimos, de erradicar a pobreza nordestina e, no caso em estudo, paraibana. Evidenciaram-se forças sociais superiores e de dinâmicas próprias inalcançáveis por aquelas políticas pontuais, ideologicamente viciadas e politicamente comprometidas com interesses alheios aos dos famintos dos anos cinqüenta.

De forma sintética, considero que este trabalho apresenta a relação visceral entre as políticas públicas executadas ao longo de cinco décadas no semi-árido nordestino, tomando como espelho o da Paraíba, com o cotidiano da sua população. Por mais valores individuais que cada sertanejo - camponês ou trabalhador, de meia, terça ou quarta - possua, sua vida é, na essência, moldada pela mesma carência: de recursos financeiros, água, comida, saúde, educação formal, liberdade de escolha, enfim, de cidadania, do mínimo de dignidade; fruto de uma dominação articulada entre classes sociais locais e nacionais que privilegiaram na modernização do semi-árido o boi e esqueceram o homem, avançaram em grandes e ricos projetos econômicos, mas olvidaram a questão social, resolvida em

---

<sup>186</sup> Depoimento do Sr. José Victor Gonçalves, em entrevista ao autor, em 02/03/2002, no sítio Mineiro, município de Boqueirão. Gravado em cassete. Fita Nº 1. Arquivo de José Jonas Duarte.

diversas ocasiões com a simples expulsão do homem do campo e de sua Região.

Os planos da SUDENE ajudaram o Nordeste a crescer, modernizar-se. Em alguns aspectos, superar o Sul-maravilha. Contribuíram para reduzir a população do semi-árido, não pelos planos de colonização do Norte, mas claramente pela absoluta impossibilidade de sobrevivência para a grande maioria que ali habitava, de continuar no seu torrão natal; aliás, como gostariam essa massa de emigrantes. Continuam a fome e a miséria parceiras do analfabetismo, do clientelismo e de toda praga de práticas políticas da metade do século XX. Hoje, esses dramas sociais acompanham-se do problema ambiental gravíssimo da desertificação. Não pode a História do Nordeste passar à margem, alienada dos fatores fundantes desta realidade.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

**BNB. ETENE. Avaliação do Polonordeste e Projeto Sertanejo. Volume 15. Série Projeto Nordeste. Fortaleza. BNB. 1985.**

**IBGE. Censo Demográfico. 1991.**

Entrevista com José Vitor Gonçalves. Realizada em 02/03/2002, por José Jonas Duarte da Costa.

**FIESP/CIESP. São Paulo e a economia nordestina. São Paulo: Serviço de Publicações FIESP/CIESP, 1957.**

**INSTITUTO DESERT, SUDENE, SUDEMA. Subsídios ao diagnóstico estadual da desertificação no estado da Paraíba. Paraíba, (mimeog.). Apresentado na 1ª Reunião técnica para elaboração da política estadual de combate à desertificação. Bananeiras – PB. Julho de 2000.**

**INSTITUTO DESERT. Diagnóstico da desertificação no Brasil. Página da WEB, 2000.**

**CARVALHO, Otamar de. & Outros. Plano Integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste. Série: Desenvolvimento Regional. Brasília. MINTER. 1973.**

**Museu Fonográfico Luiz Gonzaga.**



BNB. **Relatórios de 1979 e 1992.**

SUDENE/ INSTITUTO DESERT. **Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África.** Teresina, UFPI, 2000.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, Roberto Cavalcanti de. "O Progresso social do Nordeste: o balanço de quase meio século." IN *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, V. 28, N° 4, out./dez de 1997.
- Almeida, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.
- Alves, Joaquim. **História das secas.** Fortaleza: [s/l]; s/d;
- Araújo, Tânia Bacelar de. "A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios presentes." IN *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, V.28, N° 4, out/dez. 1997.
- Avelar Jr., Odilardo Viana de. **A política de combate à seca no Nordeste: uma ideologia para o planejamento regional.** Tese. (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP. São Paulo, 1994.
- Costa, José Jonas Duarte da. **A crise do sistema de produção algodoeiro paraibano – uma análise das causas.** Dissertação. (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.
- Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca.** O caso da Paraíba. João Pessoa: Universitária, 1993.
- Furtado, Celso. **Obra autobiográfica.** Tomo I: Contos da vida expedicionária; A fantasia organizada; Tomo II: Aventuras de um economista brasileiro; A fantasia desfeita; Tomo III: Entre o inconformismo e o reformismo; Os ares do mundo. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- \_\_\_\_\_. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado.** Entrevistadores: Manuel Correia de Andrade, Maria da Conceição Tavares e Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- Gomes, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca.** Recife: Massangana, 1998.
- Lopes, Andrade. **Introdução à sociologia da seca.** Rio de Janeiro: S/editora, 1947.
- Oliveira, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Silveira, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino.** Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.